

## Trabalhadores, empresários e Caixa divergem sobre mudanças na legislação do FGTS

Representantes dos trabalhadores apoiam as propostas de alterações na legislação que regula o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Já o empresariado e a Caixa Econômica Federal, administradora do FGTS, as veem com cautela.

Em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), ontem, o presidente do Instituto FGTS Fácil, Mario Alberto Avelino, considerou que os recursos dos trabalhadores vêm sendo “confiscados”, pois não são utilizados de forma adequada.

A audiência foi proposta pelo presidente da CAE, Garibaldi Alves (PMDB -RN), relator de

três projetos sobre o assunto – PLS 581/07, de Paulo Paim (PT- RS); PLS 193/08, de Tasso Jereissati (PSDB - CE); e PLS 301/08, de César Borges (PR - BA).

A rentabilidade do FGTS hoje é dada pela Taxa Referencial (TR) mais 3% ao ano. Avelino defendeu a correção dos recursos do fundo pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), conforme o projeto de Jereissati. Já o projeto de Paim prevê a substituição da



Joaquim de Oliveira, Elson Póvoa, Epaminondas Lino, Garibaldi, Mario Avelino e Miguel Salaberry Filho

TR pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (I - NPC).

Na opinião do presidente da Força Sindical no Distrito Fede -

ral, Epaminondas Lino, metade dos lucros obtidos pelos investimentos dos recursos do FGTS deve ser rateada entre os traba -

lhadores, conforme a proposta de César Borges. O superintendente da Caixa, Joaquim de Oliveira, disse que o FGTS não pode ser comparado às aplicações do mercado financeiro, mas propôs mudanças na legislação. Já o presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal, Elson Póvoa, defendeu a manutenção da lei em vigor. Marcelo Crivella (PRB - RJ) afirmou

que mudanças serão aprovadas e sugeriu que o governo já comece a trabalhar de acordo com elas.

José Cruz